



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE BREU BRANCO
PROCURADORIA DE CONTROLES INTERNOS - PROCIN

PARECER FINAL DE REGULARIDADE
Controle Interno
Termo de Contrato de Compras nº 009/2020-FMS
(PD-CPL-005/2020-FMS)

Em atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11 da Resolução nº 11.535/TCM, de 01 de julho de 2014, e consonância a Resolução nº 43/2017/TCM, de 19 de dezembro de 2017, este Controle Interno DECLARA, para todos os fins de direito, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente aos autos do Processo nº **2020.0820-01/SEMAP**, referente ao Procedimento Licitatório Dispensa de Licitação nº PD-CPL-005/2020-FMS, que tem por objeto à aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), para atender as demandas geradas pela Pandemia (COVID-19), do município de Breu Branco- PA. Valor empenhado de **R\$ 49.800,00** (quarenta e nove mil e oitocentos reais). Regido pelo Termo de Contrato de Compra nº **009/2020-FMS**, originário do Procedimento Licitatório já identificado, celebrado pelo **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREU BRANCO/ PA** (11.823.022/0001-78) com a empresa **J. B. GEMAQUE COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICO LTDA** (05.964.883/0001-73), com base nas regras insculpidas pelas Leis nºs 13.979/20, 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos. E declara ainda, que o Contrato se encontra:

☒ (X) Revestido de todas as formalidades legais, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

☐ () Revestido parcialmente das formalidades legais, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, embora presente a(s) seguinte(s) ressalva(s):.....

☐ () Com irregularidade(s) de natureza grave, não estando aptos a gerar despesas para a municipalidade, conforme a(s) impropriedade(s) ou ilegalidade(s) enumerada(s) a seguir:.....

☐ () DESERTA. Por não terem comparecido licitantes interessados.

☐ () FRACASSADA. Por ter comparecido licitante sem habilitação necessária ou licitante habilitável, mas que não apresentou proposta válida.

☐ () ANULADO. Conforme Termo de Anulação em anexo ao processo.

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o Contrato, supramencionados encontra-se em ordem, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e, por fim, DECLARA estar ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao **Ministério Público Estadual**, para as providências de alçada.

Breu Branco/ Pa, 16 de setembro de 2020.

Robson Tayllo Vaz dos Santos
Coordenador de Controles Internos